



Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA nº. 35/2017
DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 512/2015

EMITIDA EM: 28/06/2017

FORMA DE CONTRATAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2016
OBJETO:	Insumos para impressora (unidades de imagem e cartucho originais).
FORMA DE FORNECIMENTO:	INTEGRAL
REQUISITANTE:	GTI – Gerência de Tecnologia da Informação GEFIS – Gerência de Fiscalização

1. O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo autoriza, por meio da presente **Autorização de Compra (AC)** que equipara-se ao contrato, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/1993, a empresa **Mil Print Informática EIRELI - EPP**, CNPJ nº 23.791.227/0001-06, sito à Avenida Paulino Muller 971, 2º Pavimento - Jucutuquara – Vitória/ES - CEP 29040-715 - telefone (27) 4007-2100, a fornecer os Materiais conforme descrito abaixo.

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Unidade de imagem preta, original, modelo Lexmark 520Z, para impressoras Lexmark MS810dn	14	R\$ 257,00	R\$ 3.598,00
2	Unidade de imagem preta, original, modelo Lexmark 500Z, para impressoras Lexmark MX310	9	R\$ 238,00	R\$ 2.142,00
VALOR TOTAL DO PEDIDO: R\$ 5.740,00 (cinco mil setecentos e quarenta reais).				

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR DO PEDIDO

Os valores e as condições ora estabelecidos estão conforme a Proposta de Preços encaminhada pela licitante na sessão do Pregão, que vincula-se ao Edital e a seus Anexos em todos os termos.

2.1. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, todos os custos relacionados com a entrega do objeto contratado, tais como tributos e todas as despesas diretas e indiretas.

3. DO ACRÉSCIMO OU DA SUPRESSÃO

3.1. Conforme interesse do Coren-SP, o valor inicial da contratação poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

3.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites legalmente estabelecidos.

3.3. As supressões que ultrapassarem o percentual legalmente admitido, somente serão admitidas através do acordo entre as partes.





Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas correrão pelo Elemento de Despesa:

4.1.1. Itens 01, 02, 03, 04: Nº 6.2.2.1.1.33.90.30.010 – Materiais e Acessórios para Máquinas, Aparelhos e Instrumentos.

4.1.2. Itens 05, 06, 07, 08: Nº 6.2.2.1.1.33.90.30.011 – Suprimentos de Informática.

5. DA GARANTIA SOBRE PRODUTOS E/ OU SERVIÇOS

5.1. Garantia mínima de 12 (doze) meses para as peças fornecidas a contar do Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

6.1. A entrega do objeto deverá ser realizada em até 20 (vinte) dias corridos contados da data do recebimento, pela Contratada, da Autorização de Compra e Nota de Empenho;

6.2. Local para entrega: Sede do Coren-SP, localizada na Alameda Ribeirão Preto, nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 7h00 às 16h00.

6.3. A Contratada deverá acondicionar devidamente os produtos, de forma a não danificá-los durante as operações de transporte, carga e descarga.

6.4. Hipóteses e prazos para substituição dos materiais:

6.4.1. A troca dos materiais que **não atenderem às especificações do objeto licitado ou que não funcionarem adequadamente** deverá ser feita no prazo de até 05(cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

6.4.2. Para item que apresente **vício ou defeito de fabricação**, a Contratada deverá efetuar sua substituição no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da notificação.

6.4.3. Todos os ônus decorrentes de eventuais trocas nas hipóteses descritas acima correrão por conta da Contratada.

6.4.4. A notificação à Contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-SP.

6.5. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

6.6. Permanecendo irregularidades, quanto à especificação do objeto, execução inadequada dos serviços falhas ou vícios, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.7. Na ocasião da entrega do objeto, a Contratada deverá :

6.7.1. Apresentar certificado de Garantia do fabricante, de no mínimo de 6(seis) meses, para reposição de peças com defeitos de fabricação.



Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

6.7.2. Apresentar Declaração do Fabricante ou do Distribuidor/Revendedor Autorizado, comprovando a procedência dos insumos fornecidos, a fim de garantir a originalidade das peças.

6.7.3. A critério do gestor da Ata, cópias das Notas Fiscais do Fabricante ou do Distribuidor comprovando a origem das peças poderão ser exigidas no decorrer do atendimento às Autorizações de Compra emitidas.

6.7.4. Apresentar nota fiscal contendo, em seu corpo, a descrição do objeto, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório e o número da conta bancária para depósito do pagamento.

6.7.5. A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (comercialização/prestação de serviços).

6.7.5.1. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços, cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

6.7.6. Manter a regularidade fiscal/ trabalhista e apresentar, se solicitado pelo fiscal da contratação, as certidões negativas ou certidões positivas com efeitos de negativas válidas relativas:

6.7.6.1. Às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

6.7.6.2. Ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

6.7.6.3. Aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.7.6.4. Às Fazendas Estadual e / ou Municipal;

6.7.6.5. Aos Débitos Trabalhistas.

6.8. A não apresentação ou irregularidade de qualquer um dos itens relacionados nas cláusulas anteriores caracterizará descumprimento de obrigação acessória e poderá ensejar na aplicação de sanções contratuais.

6.9. Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta contratação será recebido:

6.9.1. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto e da nota fiscal;

6.9.2. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação se o objeto atende às especificações do Edital e seus Anexos; e da conformidade da documentação (nota fiscal, regularidades fiscais e outros).

6.10. O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

7. DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.



Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

7.2. A Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com legislação tributária vigente e ainda, se for constatado, no ato da atestação, que os materiais fornecidos não correspondem às especificações apresentadas na proposta.

7.2.1. Não ocorrendo o pagamento, a Contratada não terá o direito à compensação financeira ou alteração de preços.

7.3. Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

7.4. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

7.5. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN da RFB nº 1234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren-SP e indicar local adequado para a entrega dos itens.

8.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.

8.3. Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas.

8.4. Indicar o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual.

8.5. Solicitar a substituição dos itens que apresentarem defeitos ou problemas de funcionamento ou que estiverem fora das especificações do objeto.



Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

- 8.6.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com as cláusulas deste Instrumento e com os termos de sua proposta.
- 8.7.** Registrar, em sistema próprio da Contratante, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 8.8.** Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos serviços prestados nos prazos e condições estabelecidos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Caberá à Contratada, a partir do recebimento desta Autorização e da Nota de Empenho, o cumprimento das obrigações, além das constantes no Edital da licitação, as seguintes:

- 9.1.1.** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP.
- 9.1.2.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP.
- 9.1.3.** Ressarcir à Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a entrega do objeto, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.
- 9.1.4.** Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.
- 9.1.5.** Manter, durante o período de fornecimento, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 9.1.6.** Designar, por escrito, no ato do recebimento desta Autorização, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.
- 9.1.7.** Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.
- 9.1.8.** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- 9.1.9.** Comprovar a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, quando cabível, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

9.2. A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:

- 9.2.1.** Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta aquisição.
- 9.2.2.** Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.
- 9.2.3.** Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante o período de entrega e



Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

fornecimento do objeto, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.

9.2.4. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

9.3. Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:

9.3.1. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta aquisição.

9.3.2. Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

9.3.3. Providenciar o transporte, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais no endereço indicado neste instrumento.

9.3.4. Assumir responsabilidade pela integridade dos itens entregues. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu colaborador que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a entrega do objeto.

9.3.5. Instruir seus empregados / colaboradores quanto às necessidades de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante.

9.3.6. Manter os colaboradores devidamente identificados durante a entrega, principalmente quando esta exigir permanência nas dependências do Coren-SP.

9.3.7. Informar previamente ao Fiscal do Coren-SP, se a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP para a entrega do objeto.

9.3.8. Efetuar o fornecimento com o sigilo necessário.

9.4. São expressamente vedadas à Contratada:

9.4.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução decorrente do pregão.

9.4.2. A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.

9.4.3. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto contratado, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.

9.5. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhista não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.

10. DAS SANÇÕES

10.1. Poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e das demais cominações legais, estando sujeita à aplicação de



Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 a Contratada que:

- 10.1.1.** Deixar de entregar documentação exigida;
- 10.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 10.1.3.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.4.** Falhar na execução do instrumento contratual;
- 10.1.5.** Fraudar na execução do instrumento contratual;
- 10.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.7.** Fizer declaração falsa;
- 10.1.8.** Cometer fraude fiscal.

10.2. Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92 parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

10.3. Para a Contratada que cometer as condutas dos itens 9.1.3 e 9.1.4, será aplicada multa nas seguintes condições incidindo os percentuais sobre o valor deste Instrumento Contratual.

10.3.1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Instrumento Contratual, em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

10.3.1.1. A partir do décimo sexto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;

10.3.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual, em caso de atraso na execução do objeto, a partir do décimo sexto dia, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.3.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

10.4. Para as demais condutas, a multa máxima a ser aplicada será de 20% do valor do Instrumento Contratual.

10.5. O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.

10.5.1. A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

10.5.2. Não sendo suficiente o valor a ser pago à Contratada para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.

10.5.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

10.6. Poderão ser aplicadas, ainda, a pena de advertência e as demais sanções descritas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993





Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

isoladamente ou cumulativamente com a pena de multa.

10.7. Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.

10.8. As sanções serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.

10.8.1. Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções.

10.8.2. A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das penalidades, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

10.8.3. Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.

10.9. Das decisões de aplicação de sanção caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.

10.9.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

10.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. As Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005 e nº 7892/2013 bem como os demais postulados que norteiam o Direito Administrativo e, subsidiariamente, no que couber, a Legislação Civil, regerão as hipóteses não previstas nesta Autorização de Compra.

12. DO FORO

12.1. Fica estipulado o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.